

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 141 - Brasília, quarta-feira, 10 de janeiro de 1996

Orçamento e Plano Plurianual têm prioridade na convocação

Lista de matérias com preferência, que inclui também MPs e duas emendas à Constituição, foi definida ontem em reunião da Mesa Diretora com as lideranças partidárias e do governo



Líderes partidários reúnem-se com a Mesa Diretora do Senado para debater pauta da convocação

"A prioridade máxima da convocação extraordinária é dar condições de governo ao Executivo", afirmou ontem o presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), ao anunciar que o Congresso votará o Orçamento Geral da União e o Plano Plurianual como matérias prioritárias.

O Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) está com sua tramitação regimentalmente retida até que o governo encaminhe ao Congresso as informações solicitadas. Segundo Sarney, a perspectiva é de que poderá ser apreciado em plenário até 14 de fevereiro, quando se encerra a convocação. No período, deverão ser votadas também todas as medidas provisórias que tratam de temas não polêmicos.

No caso do Senado, a lista de prioridades foi definida ontem em reunião da Mesa Diretora com as lideranças partidárias e do governo. Sarney informou que serão apreciadas duas propostas de emenda à Constituição: a que trata do FEF e a que permite a contratação de professores estrangeiros pelas universidades públicas brasileiras.

A partir de hoje, as comissões permanentes da Casa estão convocadas a fim de que se votem logo outras matérias importantes, como os projetos do Código Brasileiro de Trânsito, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e da Lei de Patentes. Conforme acordo entre os líderes partidários, as matérias que não forem votadas nas comissões serão levadas a plenário em regime de urgência.

NESTA EDIÇÃO

FHC tenta pagar a dívida social, diz Alcântara

Página 4

Suassuna cobra novas relações entre Poderes

A cobrança de novas relações entre Executivo e Legislativo foi feita ontem pelo senador Ney Suassuna como forma de resgate da credibilidade dos políticos. Pedro Simon e Humberto Lucena endossam a proposta. **Página 3**

ACM prevê solução para o Sivam em um mês

O Senado deverá apontar em 30 dias, no máximo, uma solução para o caso Sivam, segundo previu ontem o presidente das comissões que analisam a questão, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ele considera "um absurdo" a hipótese de que isto não ocorra durante o período de convocação extraordinária do Congresso.

Já o relator do caso Sivam nas comissões que examinam o assunto, senador Ramez Tebet (PMDB-MS) anunciou que pretende concluir o mais rápido possível seu parecer,

de modo a viabilizar a votação da matéria pelo Senado durante a convocação.

Requerimento solicitando que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize uma tomada de contas especial no Ministério da Aeronáutica foi encaminhado ontem pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O objetivo é analisar "os procedimentos que culminam



Antonio Carlos

com a escolha da companhia norte-americana Raytheon para o projeto Sivam", segundo afirmou Suplicy, ao justificar o requerimento. **Página 3**

Senado presta homenagem a Mitterrand

No plenário, parlamentares observam um minuto de silêncio e destacam luta do ex-presidente francês para superar desigualdades sociais e econômicas entre povos

Os senadores aprovaram ontem voto de profundo pesar pela morte do ex-presidente francês François Mitterrand e observaram um minuto de silêncio em memória do estadista, que faleceu na segunda-feira. "Morreu o estadista número um até ontem. Mitterrand é o grande herói da Europa unida", afirmou o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

O requerimento de pesar foi apresentado pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). O líder do PT destacou que, em 14 anos como presidente da França, Mitterrand reduziu a jornada de trabalho, criou uma quinta semana de férias anuais remuneradas, baixou para 39 horas a semana útil, diminuiu a idade da aposentadoria de 65 anos para 60 anos, nacionalizou grandes grupos industriais, aumentou o salário mínimo e

pôs fim à pena de morte.

DESIGUALDADES

Pedro Simon observou que Mitterrand dizia, "com lógica, que o desenvolvimento só tem sentido se buscar a redução das desigualdades sociais entre homens e nações". Lembrou o discurso do presidente francês em Copenhague, em março do ano passado, durante a reunião dos países mais desenvolvidos na abertura da "Cúpula Mundial para o Desenvolvimento Social", quando defendeu que os países ricos destinassem 0,7% de seu Produto Nacional Bruto para reduzir a miséria no mundo.

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) afirmou que Mitterrand iniciou o movimento mundial para reduzir as dife-



Suplicy



Simon



Lucena



Benedita

as que Mitterrand defendia naquela época", assinalou Lucena.

PARTICIPAÇÃO

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) também registrou seu pesar pelo falecimento de François Mitterrand. Ela lembrou a atuação do ex-presidente não só no que se refere a realização de obras físicas, mas destacou especialmente seu trabalho pela construção de maior participação do povo francês nos destinos daquela nação.

Benedita da Silva lamentou ainda os acidentes que resultaram nas mortes do ator Luís Carlos Arutin e do cantor Roberto Ribeiro, ocorridas no Rio de Janeiro, na segunda-feira (dia 8).

Sarney representa Brasil nos funerais

Indicado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, o presidente do Senado, José Sarney, vai representar o Brasil nas homenagens pós-funerais ao ex-presidente francês François Mitterrand. O envio de Sarney para Paris estava previsto para o final da noite de ontem.

Segundo Sarney, Mitterrand conheceu as duas faces da política: o sucesso e o fra-

caso, conjugando as habilidades de estadista e intelectual que participou e influenciou nos principais processos histórico-políticos das últimas décadas, como a queda do muro de Berlim e a implantação da União Européia.

A morte de Mitterrand representa uma grande perda para a França, embora ele já tivesse assegurado o seu lugar na história pela atua-

ção decidida e também pelo fato de ter governado o país por mais tempo do que a média dos monarcas franceses - concluiu o presidente do Senado.

Em 1986, durante o governo Sarney (1985-90), François Mitterrand fez sua única visita oficial ao Brasil durante seus dois mandatos presidenciais (1981-95).

Jonas pede melhoria em gabinete

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) solicitou à presidência do Senado a melhoria das instalações de seu gabinete, de maneira a garantir melhores condições para sua atuação parlamentar e para o trabalho de seus auxiliares. O presidente José Sarney prometeu adotar as providências necessárias para a solução desse problema.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão não deliberativa do Senado

COMISSÕES

10h - Reunião da Subcomissão 1 da Comissão Mista de Orçamento
Pauta: Discussão e votação do parecer setorial do Orçamento 96 da refe-

rida subcomissão. Local: Plenário 9 - Anexo II da Câmara dos Deputados.

16h30 - Comissão de Assuntos Econômicos, Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e Comissão de Fiscalização e Controle (Reunião conjunta)

Pauta: Deliberação de diversos assuntos apresentados à comissão e elaboração de calendário para as próximas reuniões. Local: Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.

Plenário debate relação entre Congresso e Governo

Edição de medidas provisórias em excesso e pauta ampla de matérias na convocação recebem críticas de senadores que avaliaram a relação entre os Poderes

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) disse ontem que a falta de credibilidade dos políticos junto à população exige que as lideranças invistam em uma reciclagem no relacionamento entre os poderes Executivo e Legislativo. Na opinião do senador, o excesso de edição de medidas provisórias por parte do governo impede que os parlamentares tenham iniciativa das leis e cria uma imagem de inoperância para o Congresso.

Suassuna afirmou temer que a convocação extraordinária acabe se transformando em um "fiasco" devido à forma como foi encaminhada pelo Executivo. O senador considera que a pauta determinada pelo gover-

no é muito ampla, abrangendo matérias de caráter estrutural - como as reformas administrativa e previdenciária - e conjuntural, basicamente as medidas provisórias.

Já o senador Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que, ao não estabelecer suas prioridades, o presidente da República quis apenas antecipar o ano legislativo. Quanto às relações com o Executivo, o senador gaúcho considerou que o Con-



Ney Suassuna

gresso está em situação pior do que no regime militar, que legislava através de decretos-leis aprovados por decurso de prazo.

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) considerou que o Congresso não pode conviver com a constante edição de medidas provisórias e conclamou os senadores a apreciarem a proposta do senador Josaphat Marinho (PFL-BA), que limita a utilização desse instrumento constitucional. Em esclarecimento, o senador baiano disse que não

depende dele a votação de sua proposta. "Elaborei um texto e entreguei-o ao líder Elcio Alvares em princípio de dezembro", afirmou.

Os senadores Osmar Dias (PSDB-PR) e Jefferson Peres (PSDB-AM) quiseram saber por que a primeira semana de convocação extraordinária não teria sessões deliberativas e foram esclarecidos pelo presidente do Senado, José Sarney, e pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA): como o Executivo não definiu prioridades, os líderes o fizeram ontem. A partir daí, as matérias a serem apreciadas devem regimentalmente ser anunciadas e ficar à disposição dos congressistas durante três sessões não-deliberativas.

O CASO SIVAM

ACM tem pressa em solução para Sivam

Senador admite que impasse em torno do problema pode afetar andamento das reformas constitucionais, que são mais importantes

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) previu ontem o prazo máximo de 20 a 30 dias para que o Senado aponte solução para o caso Sivam (Sistema de Vigilância da Amazônia), qualificando de "um absurdo" a hipótese de isso não ocorrer durante o período de convocação extraordinária do Congresso.

Presidente das comissões do Senado que analisam o caso

Sivam, Antonio Carlos Magalhães admitiu que o impasse em torno da questão pode paralisar o andamento, no Congresso, das propostas de reformas constitucionais, que julga mais importantes.

O senador disse que leu na noite de segunda-feira o relatório entregue pelo ministro Lélío Lobo, da Aeronáutica, e que tem questionamentos a fazer. Mas não quis se aprofundar

dar a respeito, alegando que o assunto será tratado "na hora própria, na comissão".

Quanto ao parecer que o Tribunal de Contas da União deverá encaminhar ao Senado sobre o Sivam, Antonio Carlos Magalhães disse considerar importante aquela avaliação, do ponto de vista técnico, mas não definitiva em relação à decisão a ser tomada pelo Senado.

Suplicy pede nova auditoria de tribunal

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) encaminhou ontem à Mesa requerimento solicitando que o Tribunal de Contas da União realize uma tomada de contas especial no Ministério da Aeronáutica, "com vistas a analisar os procedimentos ocorridos entre o citado Ministério e as empresas Raytheon e Líder Táxi Aéreo, que culminaram com a escolha da companhia norte-americana para o Projeto Sivam".

No requerimento, Suplicy solicita ainda que o TCU analise os procedimentos administrativos e financeiros relacionados com a absorção de técnicos da extinta Esca pelo Ministério da Aeronáutica para a constituição da equipe integradora brasileira e/ou Superintendência Regional do Sivam, e questões relacionadas com a operacionalidade dos seus trabalhos.

Tebet quer tudo resolvido no período da convocação

O relator do Caso Sivam, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que pretende concluir o mais



Ramez Tebet

rápido possível seu parecer, a fim de que a matéria seja votada pelo Senado ainda no período de convocação extraordinária do Congresso Nacional, que se encerra dia 14 de fevereiro.

- Isto é o que espero e acho bom para o país. A matéria

consta da pauta e, por isso, aguardo reunir-me com os demais membros das Comissões de Relações Exteriores, de Assuntos Econômicos, e de Fiscalização e Controle, encarregadas de examinar o assunto, para planejarmos os próximos passos - esclareceu.

João França quer regulamentar a exploração mineral

A aprovação de uma lei que regulamente a atividade de mineração em terras indígenas foi defendida pelo senador João França (PMDB-RR) que, no ano passado, apresentou projeto sobre o assunto. Para ele, a matéria é importante tanto do ponto de vista da economia do país quanto no que diz respeito ao justo tratamento dos direitos dos povos indígenas.

Uma produção mineral diversificada e rica irrigará de prosperidade a economia brasileira, afirmou o senador, lembrando que só um país próspero pode

promover as políticas sociais necessárias ao soerguimento dos grupos marginalizados, "entre os quais acham-se as comunidades indígenas".



João França

João França entende que a Constituição é clara ao defender os interesses das comunidades indígenas e a necessidade de desenvolvimento do país, mas deixa para o Congresso a função decisiva de autorizar cada passo da pesquisa e da lavra dos recursos minerais. Na opinião do senador, o projeto de sua autoria "pode ser a chave que falta para abrir novas e positivas trilhas no ordenamento legal da questão".

O senador citou um dossiê publicado em 1986 pela Coordenação Nacional dos Geólogos informando que de 302 áreas indígenas da Amazônia, 99 estavam afetadas pelos requerimentos em curso e pelos alvarás concedidos.

Alcântara: FHC não esqueceu a dívida social

Segundo senador, França e EUA enfrentam o mesmo desafio de tornar Estado mais eficiente e poupar gastos na área social

Depois de citar reportagem da *Folha de S. Paulo*, que calculou, na edição do último dia 8, em R\$ 80 bilhões a dívida social brasileira, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso não esqueceu essa dívida.



Lúcio Alcântara

Para o senador pelo Ceará, na verdade, países como os Estados Unidos e a França enfrentam dilemas parecidos com o do Brasil. Ao mesmo tempo em que procuram tornar o Estado mais eficiente, são pressionados pela população a evitar cortes nos gastos sociais.

Lúcio Alcântara lembrou que

Fernando Henrique Cardoso anunciou recentemente que 96 será o ano de aumento nos gastos sociais. Em aparte, o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) afirmou ter lido que o presidente da República anunciou 96 como "o ano da educação". Pedro Simon (PMDB-RS) ponderou, também em aparte, que, para o Congresso, "este também será o ano da educação". Simon elogiou o trabalho do Ministério da Educação.

Maldaner pede atenção do governo para flagelo de SC

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) pediu ontem a ajuda do governo federal no sentido de que seja apressada a reconstrução das áreas atingidas pelas chuvas em Santa Catarina, "onde milhares de pessoas vivem o tormento das enchentes e muitos perderam suas casas e vidas".

Além do prejuízo econômico, causado principalmente pela perda de grande parte da safra agrícola, Maldaner aponta a falta de condições financeiras de Santa Catarina para enfrentar a si-



Casildo Maldaner

tução. O senador sugeriu que representantes do governo federal participem do fórum pela reconstrução do estado, "que está sendo promovido pela comunidade catarinense".

Casildo Maldaner lembrou que, paradoxalmente ao problema das enchentes, Santa Catarina e grande parte da região Sul sofriam há poucos dias com a estiagem que, segundo informou, já comprometera a safra agrícola.

Benedita cobra providências para o Rio

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) criticou ontem o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, por ter pedido através da imprensa que a população reze para que as chuvas parem de cair na cidade. "Ele é incompetente para administrar o Rio e apela para os santos em atitude até de deboche com a população", disse a senadora.

Benedita ressaltou que o problema de saneamento do Rio só será resolvido com a construção e reforço das estruturas das encostas dos morros, "que não têm o mesmo tratamento técnico dispensado às construções mais ricas".

A senadora Marina Silva (PT-AC) solidarizou-se com Benedita da Silva e defendeu prioridade para o problema social do Rio de Janeiro.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
 Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
 Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida
 Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ Revisão: Maria das Graças Aureliano ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.